

SEGURANÇA ALIMENTAR NO DIREITO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO E DA UNIÃO EUROPEIA

1a. parte

ANA CAROLINA HASSE DE MORAES

Bacharel em Direito/PR

Resumo

O presente estudo retrata o quadro comparativo entre o direito do consumidor no Brasil e na União Europeia no âmbito de segurança alimentar. Trata-se da grande relevância do tema para a sociedade no geral, demonstrando desde a história do direito do consumidor em ambos os direitos até os dias atuais, bem como os órgãos ou entidades de defesa ou proteção ao consumidor e segurança alimentar. A fim de se entender melhor a relação entre consumidor e segurança alimentar, tratou-se dos conceitos de consumidor, fornecedor ou prestador de serviços, produtos e serviços em ambas, de mesma sorte sobre os princípios destes direitos referentes à segurança alimentar. Por fim, tratou-se do conceito de segurança dos alimentos, da importância de seu controle, dos elementos pertinentes a ela, de que consistem os gêneros alimentícios e dos organismos geneticamente modificados e seus efeitos na sociedade

Résumé

Cette étude montre le cadre comparatif parmi le Droit de la Consommation au Brésil et dans l'Union Européenne à la portée de la sécurité alimentaire. On traite de la grande importance sur le thème pour la société en général, en montrant depuis l'histoire des deux Droits de la Consommation jusqu'à aujourd'hui et aussi en montrant des organes ou les entités de défense ou protection des consommateurs et sécurité alimentaire. Afin de mieux comprendre la relation parmi le consommateur et la sécurité alimentaire, on traite de les concepts de consommateur, fournisseur, produits et services, de la même façon sur les principes de ces Droits sur la sécurité alimentaire. Enfin, on aborda les concepts de sécurité des aliments, l'importance de leur contrôle, les éléments pertinents à celui-ci, qui sont les produits alimentaires et les Organismes Génétiquement Modifiés et leurs effets sur la société

1. Introdução

Recentemente, muitas abordagens sobre o tema segurança alimentar têm sido feitas, principalmente no que se refere ao consumidor e sua falta de confiança nas relações de consumo dessa estirpe. Ainda, tal tema é discutido e estudado praticamente em todos os países, haja vista a preocupação existente.

Porém, o que ocorre em regra entre esses países é a tentativa de se evitar o acontecimento de futuros problemas ao consumidor, tanto os já conhecidos, como os que possam vir a acontecer, de modo que o desenvolvimento alimentar decorra com o mínimo de prejuízo a toda a cadeia.

Tal segurança deve se dar em todas as fases de produção, transformação e distribuição. De mesma sorte, essa garantia deve ser proporcionada pelos operadores do setor alimentar, operadores do setor de animais criados para o gênero alimentício e operadores dos alimentos dados a animais produtores de gênero alimentício.

A preocupação existe em razão de uma série de eventos que já ocorreram previamente, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) vulgarmente conhecida como a doença da vaca louca, a qual teve mais de 180 mil pessoas atingidas na Inglaterra; as dioxinas encontradas em suínos, aves, peixes, bovinos e laticínios; e a febre aftosa. Também se pode citar o caso dos vinhos italianos, no ano de 1981, os quais continham excesso de metanol e por isso intoxicaram milhares de consumidores. Igualmente o caso do azeite espanhol, gerador de pneumonia atípica em centenas de pessoas. Os exemplos são inúmeros e em razão deles urgiu a necessidade da abertura para discussão de tais assuntos à sociedade. Certo é que esses acidentes de consumo chegam a atingir milhares de vítimas.

Na Comunidade Europeia, importantes acontecimentos foram a criação do Livro Branco e do Regulamento CEE 178/2002, de 28 de fevereiro. No Brasil, além do Código de Defesa do Consumidor, houve a criação de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Atualmente, a União Europeia possui em torno de 500 milhões de consumidores. Portanto, os Estados-membros são induzidos a criar políticas direcionadas à defesa de seus interesses, sendo a segurança dos alimentos uma delas. No Brasil, o número de consumidores chega aproximadamente a 190 milhões.

Fato é que todo consumidor tem direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, que não comprometam a saúde e respeitem as regras estabelecidas por órgãos criados para tais fins. Caso contrário, a não observância deste fator pode gerar insegurança alimentar, qual seja, no caso em questão, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa e/ou prejudicial à saúde.

2. Noções gerais

O direito do consumidor, dentre todos os outros novos direitos, é dos mais notórios dada sua magnitude, a qual se dá tanto por sua finalidade quanto pela amplitude do seu campo de incidência.

2.1. História da defesa do consumidor no Brasil

A proteção do consumidor é matéria que nasceu gradativamente no Brasil, primeiramente pela criação de leis que defendiam indiretamente esse sujeito da relação jurídica consumerista, para só então depois criar leis específicas referentes a esse direito.

O primeiro indício no Brasil desta proteção foi em 7 de abril de 1933, quando entrou em vigor a Lei 22.626¹, pertinente aos juros nos contratos e que teve como enfoque reprimir a usura. Esta se caracteriza pela prática da cobrança de juros excessivos pelo empréstimo de determinada quantia em dinheiro. Destarte, essa lei delimita a quantia a ser cobrada para empréstimos pessoais, ou seja, não deixa de configurar uma proteção ao consumidor.

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1934² algumas normas nela contida possuíam caráter protecionista no que tangia à economia popular, pois havia alguns artigos que defendiam o consumidor.

Ato contínuo, houve a criação do Decreto-Lei 869, de 18 de novembro de 1938³, e do Decreto-Lei 9.840, de 11 de setembro de 1946⁴, os quais tratam de crimes contra a economia popular. No entanto, a Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951⁵, entra em vigor justamente para regular estes crimes contra a economia popular, revogando ambos os decretos-leis.

Já a Lei 4.137, de 10 de setembro de 1962, veio regular a repressão ao abuso do poder econômico, a qual deu origem ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Este instituto consiste numa autarquia federal brasileira e almeja orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos do poder

econômico, de modo que exerce papel tutelador da prevenção e repressão do mesmo.

A função principal do Cade é a de decidir sobre matéria concorrencial nos processos repassados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Atua no mercado brasileiro através de caráter preventivo, repressivo e educativo. Na União Europeia quem realiza esse papel é a Direção-Geral de Concorrência da Comissão Europeia, obviamente em prol de toda a sociedade do conglomerado.

Entre 1971 e 1973 foram realizados debates liderados pela deputada Nina Ribeiro no que tange à necessidade de proteção aos consumidores.

Em 1976 foi a vez do Instituto dos Advogados de São Paulo realizar debates acerca do assunto, sendo que em 1978 o Procon, também de São Paulo – este sendo o primeiro órgão criado para o amparo do consumidor – discutiu sobre a não existência de lei específica em torno na matéria.

Em 7 de novembro de 1984, entrou em vigor a Lei 7.244, a Lei dos Juizados de Pequenas Causas, mais tarde, especificamente em 26 de setembro de 1995, revogada pela Lei dos Juizados Especiais de n. 9.099⁶.

A Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, veio disciplinar a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e, sobretudo, ao consumidor.

Em 24 de julho de 1985, através do Decreto 91.469 foi criado o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), extinto no Governo Collor e substituído pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor (DNPC), subordinado à Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE).

E em 16 de junho de 1986 entrou em vigor a Lei 7.492⁷, que disciplinava os crimes contra o sistema financeiro nacional, conhecidos vulgarmente pelo nome de crimes do ‘colarinho branco’.

No entanto, foi com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que o consumidor conseguiu sua vitória mais importante, pois este instrumento jurídico disciplinou os direitos do consumidor em quatro de seus dispositivos, quais sejam: art. 5º, XXXII; 24, VIII; 170, V, todos da própria CF; e 48, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Fato é que todo
consumidor
tem direito ao
acesso regular
e permanente
a alimentos de
qualidade

Finalmente, em 1989, foi formada a Comissão de Juristas comandada por Ada Pellegrini Grinover, para que fosse elaborado o Anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, dando origem assim ao Código de Defesa do Consumidor, sob a égide da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990⁸, ou seja, dois anos depois de determinação da CF.

Destarte, a defesa e proteção do consumidor se tratam então de direitos fundamentais de caráter constitucional, haja vista previsão legal na própria Constituição Federal.

2.2. História da defesa do consumidor na União Europeia

Mister falar da revolução industrial para o desenvolvimento do direito do consumidor, uma vez que foi por meio dela que a produção e a distribuição passaram a ser em massa, fazendo com que o comerciante e consumidor passassem a receber os produtos fechados, lacrados e embalados, não podendo conhecer o real conteúdo, como ensina Sergio Cavalieri Filho⁹.

Entretanto, com tantas mudanças no mercado de consumo, o direito privado se tornou insuficiente e ultrapassado para amparar tais relações contratuais, de sorte que foi preciso a criação de um direito mais específico e abrangente na área, que acabasse com as desigualdades econômicas e jurídicas entre fornecedor e consumidor que haviam surgido.

Outro fator histórico que também contribuiu para o surgimento deste direito foi o desenvolvimento tecnológico e científico, o qual aumentou os riscos do consumidor. Tal fato se dá em razão de que, na produção em série, riscos e danos podem ser causados através de um único defeito de concepção ou fabricação. Os mesmos riscos e danos alcançam um número indeterminado de consumidores, algumas vezes até um número amplo deles. Trata-se, assim, dos riscos de consumo, riscos em série e riscos coletivos.

As fontes primárias e as fontes derivadas são de onde surgiu a estrutura do direito comunitário, sendo que a primeira fonte são os tratados institucionais e modificativos, e a segunda os atos comunitários obrigatórios e motivados, com os regulamentos, as diretivas e as decisões.

Essas fontes se associam aos tipos jurídicos comunitários e a principiologia constitucional consiste nos princípios da democracia, da liberdade econômica, da primazia do direito comunitário, da subsidiariedade e do pós-nacional.

Em 1970 se deu a primeira manifestação em relação ao direito do consumidor na União Europeia através de trabalhos de pesquisa realizados pelo Conselho da Europa e, este, por intermédio do Comitê Europeu de Cooperação Diplomática. Tais trabalhos serviram para a composição de uma

convenção acerca do consumo para a Europa. Contudo, vale ressaltar que alguns países europeus como França, Alemanha e Inglaterra já haviam se manifestado no âmbito consumerista anteriormente, no final do século XIX e início do século XX, em razão do desenvolvimento industrial nestes.

Destarte, umas das primeiras leis a serem criadas no âmbito da proteção ao consumidor foram as seguintes leis francesas: Lei de 22 de dezembro de 1972, a qual admitia que os consumidores dispusessem de um período de sete dias de reflexão sobre a compra; a Lei 27 de dezembro de 1973, intitulada *Loi Royer*, que possuía um artigo referente à proteção do consumidor contra a publicidade enganosa e as Leis 78, 22 e 23 – *Loi Scrivener*, de 10 de janeiro de 1978, as quais tinham o intuito de proteger os consumidores contra os perigos do crédito e as cláusulas abusivas. Igualmente, merece destaque o *Código de la Consommation* de 1995.

Foi através da Resolução 543, datado de 17 de maio de 1973, que foi aprovada a Carta de Proteção do Consumidor, através da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa. Foi em razão desta resolução que se determinou a figura do consumidor bem como medidas protetivas foram enumeradas. Para a resolução, o consumidor é a pessoa física ou coletiva e a ele são fornecidos bens e serviços com finalidade de uso privado.

O Conselho das Comunidades Europeias, em 14 de abril de 1975, aprovou a Resolução 75/C092/01, a qual estabeleceu um programa preliminar para uma política de proteção e informação dos consumidores.

Dentro da União Europeia (UE), divide-se o desenvolvimento legislativo em quatro fases, de modo que a primeira, de 1957 a 1972, denomina-se *Europa de los Mercaderes*. Esta fase compreende o Tratado de Roma e o *Comité de contacto con los consumidores de la Comunidad Europea* e nela o consumidor é determinado como adquirente de bens e serviços.

De 1972 a 1984 ocorreu a segunda fase, a qual se iniciou em razão de reunião entre os chefes de Estado e Governo de Paris, no ano de 1972. Nasce então o *Programa preliminar para una política de protección a los consumidores*. Entretanto, não prosperou como se esperava por causa de problemas de índole legislativa, porém proporcionou conceitos fundamentais sobre matérias do âmbito do direito do consumidor. Ainda, na mesma etapa, em 1981, deu-se a aprovação do Segundo Panorama, direcionando-se especialmente ao controle de preços e à qualidade de serviços prestados, tanto públicos e privados.

A relação de consumo consiste na relação jurídica no ato entre duas pessoas ou mais, onde uma delas é o sujeito ativo e a outra o sujeito passivo

Denominou-se, então, a terceira fase de Europa dos consumidores, onde algumas diretivas foram aprovadas, quais sejam: a de Publicidade Enganosa – 10 de setembro de 1984; Responsabilidade pelos Produtos Defeituosos – 25 de julho de 1985; Proteção aos Consumidores nos Contratos Negociados Fora do Estabelecimento Comercial – 20 de dezembro de 1985; e o Crédito ao Consumo.

Finalmente, a última fase, a quarta delas, é uma reflexão à consolidação da União Europeia através do Tratado de Maastricht. Tal tratado tem caráter fundacional e determina os conteúdos e alcance da proteção ao consumidor, de acordo com seu artigo 129A, sendo que contém dois aspectos: o de provocar a harmonização legislativa dos Estados-membros e o de orientar todas as políticas comunitárias a fim de criar um direito autônomo consumerista.

Em 1995, criou-se uma Direção de Consumo, a DGXXIV, que, como ensina Beyla Esther Fellous, visando “melhorar a transparência do mercado, a segurança dos produtos e a velar para que os interesses dos consumidores sejam efetivamente levados em consideração no momento da elaboração das outras políticas comunitárias”¹⁰.

O Conselho da União Europeia, em 19 de janeiro de 1999, aprovou resolução concernente à proteção do consumidor no que diz respeito ao comércio eletrônico. Nela, ficou definido por adotar qualquer medida imprescindível com a finalidade de assegurar interesses de consumidores e que estes sejam realmente avaliados nas propostas, sendo elas atuais ou futuras dentro dos limites da União Europeia.

Já no âmbito da segurança e proteção da saúde, as resoluções e diretivas mais importantes foram as que diziam respeito à concessão de rótulo ecológico comunitário aos produtos. Alguns exemplos são a Decisão 2002/739/CE, sobre tintas e vernizes; a Decisão 2002/740/CE, sobre colchões de cama; e a Decisão 2002/371/CE, sobre produtos têxteis.

Ato contínuo, houve resoluções e diretivas concernentes aos interesses econômicos, quais sejam: Diretiva 2002/47/CE, sobre acordos de garantia financeira; Resolução do Conselho de 26 de novembro de 2001, sobre crédito e endividamento dos consumidores; e Diretiva 98/6/CE, sobre a defesa dos consumidores na esfera de indicações dos preços de produtos oferecidos.

E, enfim, no âmbito que mais nos interessa neste estudo: a segurança dos alimentos postos à disposição do consumidor. Exemplos são as diretivas e resoluções relativas aos alimentos geneticamente modificados, Regulamento CE 905/2002, Diretivas 2002/67/CE e 50/200/CE, e rotulagem de produtos agrícolas, Diretiva 200/13/CE e Regulamento 872/99/CE.

Destarte, ademais das legislações que já se encontram em vigência, inúmeras outras estão sendo estudadas e discutidas referentes a matérias ainda não abordadas, com o propósito de aprimorar a proteção ao consumidor.

Entretanto, devemos nos lembrar que na UE o que ocorre é que a defesa do consumidor se consubstancia em normas de direito material de cada Estado-membro, as quais são harmonizadas pelas diretivas que emanam da Comissão, de modo que não há unicidade processual, sendo que cada país segue critérios judiciais e/ou extrajudiciais para concretizar o deslinde dos conflitos ocorridos.

Portanto, a política consumerista da UE se mostra uniformizada e sob regulamentos.

2.3. Órgãos ou entidades de defesa ou proteção ao consumidor e segurança alimentar no Brasil e União Europeia

No Brasil, vários são os órgãos que protegem ou defendem os interesses dos consumidores. O próprio Código de Defesa do Consumidor estipula em seu artigo 5º a existência desses instrumentos, quais sejam as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, as delegacias especializadas, os Juizados Especiais Cíveis e as associações de defesa do consumidor.

As Prodecon são as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor e têm como objetivo a tutela dos interesses dos consumidores, de modo que integram o Ministério Público.

As Delegacias Especializadas do Consumidor (Decon) consistem em unidades policiais especializadas na área de consumo e têm como finalidade essencial a apuração das infrações penais contra as relações consumeristas.

Já no artigo 106 do mesmo *Codex*, houve a criação do Departamento Nacional de Proteção ao Consumidor (DNPC), denominada posteriormente de Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC).

O DPDC se encontra descrito como “organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)”¹¹. Este órgão é subordinado pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Segundo Cláudio César Machado Moreno, este órgão tem como finalidade colaborar para o desenvolvimento e solidificação dos direitos dos cidadãos, de maneira a prover a defesa do consumidor através do conhecimento e cumprimento do CDC:

“(...) mediante: a coordenação das ações do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com vistas a propiciar maior eficácia e efetividade nos resultados obtidos; a promoção da educação para o consumo; o fomento à criação de órgãos

e entidades locais de defesa do consumidor; a atuação nos casos de relevância nacional e a promoção da defesa do consumidor junto aos diversos fóruns e instituições onde se fizer necessário."¹²

Igualmente integram a Secretária Nacional de Direito Econômico (SNDC), o Conselho Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor e os Procons, tanto estaduais como municipais.

A Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) consiste num órgão norteador aos consumidores em relação às suas reclamações, bem como objetiva informar sobre seus direitos e fiscalizar as relações consumeristas. Trata-se de órgão auxiliar do Poder Judiciário, de maneira que também faz parte do SNDC e tem como finalidade fazer com que as partes entrem em acordo, porém, caso não haja sucesso, faz o encaminhamento ao Juizado Especial Cível.

O Juizado Especial Cível, por sua vez, compreende órgão do Poder Judiciário cuja destinação é propiciar que as partes entrem em um entendimento levando ao julgamento e execução de causas estipuladas em lei e cuja complexidade é menor. Também é mais célere e econômico que o rito comum.

Pode-se destacar de mesma sorte outros instrumentos, não previstos no Código, porém tão importantes quanto os acima mencionados. O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) é importante na medida em que possibilita a comunicação entre consumidor e fornecedor, o que em certas ocasiões poderia se tornar difícil. Encontra-se disposto no Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008¹³.

Ainda, outros institutos são:

“INPM – Instituto Nacional de Pesos e Medidas

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

INADEC – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor

Brasilcon – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor

IDECON – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor

ANDIF – Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores do Sistema

Financeiro

IDC – Instituto de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

INDEC – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor

IBEDEC – Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo.”¹⁴

Já no âmbito da segurança alimentar, podemos destacar:

“CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Centros de Vigilância Sanitária Estaduais
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e
Qualidade Industrial

ISO 22000 – Sistemas de Gestão de Segurança de Alimentos (a nível internacional).”¹⁵

No que diz respeito à União Europeia, pode-se citar a criação da Rede dos Centros Europeus de Consumidores, conhecida como Rede CEC ou ECC-Net. Teve sua criação em janeiro de 2005, tendo sido o resultado da fusão de duas já existentes redes de proteção ao consumidor: a Rede para a Resolução Extrajudicial de Litígios de Consumo a Rede (EJE), e a Rede Euroguichets. Atualmente, a Rede CEC possui 30 centros, de modo que cada Estado-membro tem pelo menos um centro. Apesar de não fazerem parte da União Europeia, Noruega e Islândia também contam com um ponto de contacto da rede.

Para a resolução de conflitos referentes a uma má aplicação das regras do mercado interno por uma administração pública, houve a criação do Sistema de Resolução de Conflitos no Mercado Interno (a Rede SOLVIT), onde os consumidores e fornecedores dispõem da possibilidade de encontrar respostas céleres, eficazes e gratuitas não sendo preciso fazer o uso de tribunais.

Problemas concernentes à proteção dos interesses dos consumidores da Comunidade são da esfera do Grupo Consultivo Europeu dos Consumidores, o qual pode consultar a Comissão, se necessário. A composição deste grupo se dá pela presença de um representante das organizações nacionais de consumidores de cada Estado-membro bem como por um membro de cada organização europeia de consumidores. Sua criação está disposta na Decisão 2003/709/CE da Comissão, de 9 de outubro de 2003.

O Parlamento Europeu e o Conselho também mostraram suas preocupações relativas à segurança alimentar e, em razão disso, em 28 de janeiro de 2002, através do Regulamento CE 178/2002 criaram a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA), assim como também determinaram os procedimentos de segurança dos gêneros alimentícios. Este organismo se trata de uma agência que compõe a referência científica

Mediante o ponto
de vista econômico,
consumidor é
aquele que se
faz destinatário
do bem ou do
serviço, sendo ele
adquirente ou não

(pareceres e assistência) a fim de fiscalizar e avaliar os alimentos, de modo que informa tanto a Comissão Europeia quanto a população em geral sobre a segurança dos alimentos e os possíveis riscos que haja na cadeia alimentar, sendo que também visa proteger a saúde e o bem-estar dos animais e a proteção das plantas.

A AESA possui personalidade jurídica e por isso o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeia é o órgão competente em caso de litígio no âmbito de responsabilidade contratual. Assim, a AESA fornece base científica suficientemente sólida para que medidas legislativas ou reguladores de orientação políticas sejam feitas, caso necessário, com o objetivo de garantir um alto nível de segurança aos consumidores no que tange a sua alimentação. São quatro os órgãos que fazem parte da constituição da AESA: Conselho de Administração, Diretor Executivo, Fórum Consultivo e Comitê Científico.

Conselho de Administração é o responsável por garantir o funcionamento da Autoridade de modo eficiente e eficaz. Também tem a função de estabelecer o projeto de orçamento e programas anuais da AESA, através do acompanhamento da referente execução e da determinação de regras e regulamentações internas. É este órgão quem elege o diretor executivo e os membros do Comitê Científico, assim como os painéis científicos da Autoridade.

Diretor Executivo é o representante legal da AESA e perante o Conselho de Administração; sua nomeação se dá a cada cinco anos e sua função é administrar a Autoridade e todos os assuntos pertinentes ao pessoal.

Fórum Consultivo é quem assiste ao diretor executivo e sua composição compreende representantes dos organismos competentes dos Estados-membros com atribuições iguais às da Autoridade.

Comitê Científico é aquele que apresenta os pareceres científicos e as recomendações da AESA, juntamente de nove grupos científicos, de modo que cada um é responsável por uma área específica de avaliação dos riscos. Este comitê orienta o trabalho dos painéis e faz abordagens sobre temas transversais importante a todos.

Nas palavras da própria AESA:

“L'Autorité européenne de sécurité des aliments (EFSA) est la pierre angulaire de l'Union européenne (UE) pour ce qui concerne l'évaluation des risques relatifs à la sécurité des aliments destinés à l'alimentation humaine et animale. En étroite collaboration avec les autorités nationales et en consultation ouverte avec les parties prenantes, l'EFSA fournit des avis scientifiques indépendants ainsi qu'une communication claire sur les risques existants et émergents.”¹⁶

Por fim, há a Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores, criada em 1º de janeiro de 2005 com sede em Luxemburgo, sendo que era a antiga Agência de Execução do Programa de Saúde Pública. Tem o objetivo de apoiar a execução do programa de saúde pública da Comunidade Europeia.

Em 2008, deu-se o prolongamento do mandato da agência até 31 de dezembro de 2015, de maneira que suas atribuições foram estendidas às áreas da proteção do consumidor e da formação a uma maior segurança alimentar. Este novo mandato compreende a execução do programa no domínio da saúde, programa no domínio dos consumidores e do programa Melhor Formação para uma Maior Segurança dos Alimentos.

A agência conta com a colaboração da Direção-Geral da Saúde e da Defesa do Consumidor e oferece serviços profissionais na execução das atribuições que lhe são acreditadas pela Comissão Europeia.

3. Conceitos

A relação de consumo consiste na relação jurídica no ato entre duas pessoas ou mais, onde uma delas é o sujeito ativo e a outra o sujeito passivo. Tal vínculo advém de lei ou contrato e, sendo assim, o sujeito ativo pode pedir da outra parte o cumprimento de uma obrigação, a qual pode ser do tipo dar, fazer ou não fazer.

Na relação de consumo, o que ocorre é a presença dessas duas partes, porém uma se caracteriza como consumidora e a outra como fornecedora, pois há um nexo de causalidade onde se faz possível a obrigação da entrega de prestação, além de haver incidência do Código de Defesa do Consumidor na própria relação.

3.1. Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro, já em seu artigo 2º, traz a definição de consumidor a fim de que não restem dúvidas: “Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.”¹⁷

Porém, Filomeno¹⁸ trata em seu livro, *Manual de Direitos do Consumidor*, dos vários conceitos de acordo com pontos de vista divergentes, quais sejam:

sob o ponto de vista econômico, psicológico, sociológico e de ordem literária e filosófica.

Mediante o ponto de vista econômico, consumidor é aquele que se faz destinatário do bem ou do serviço, sendo ele adquirente ou não do mesmo, e sendo ou não da mesma forma produtor de outros bens. Neste âmbito não se faz menção à ordem política, social ou ainda filosófico-ideológica, pois o interesse está em caracterizar o consumidor somente pela esfera da relação de consumo.

Sob o ponto de vista psicológico, consumidor é aquele que serve para os estudos das reações com o intuito de se distinguir os critérios à produção e às motivações internas que o conduzem ao consumo. O foco está nas preferências dos produtos e serviços e o porquê de sua escolha.

Para o ponto de vista sociológico, consumidor é aquele que desfruta ou se utiliza de bens e serviços, mas em razão de se remeter ou não a certa classe social ou categoria.

E, finalmente, nas considerações de ordem literária e filosófica, o termo consumidor é relacionado à denominada sociedade de consumo ou consumismo, ou, ainda, ao consumerismo em si. Entende-se nessa estrutura que o consumidor é alguém obrigado a viver em uma sociedade opressora, a qual se empenha somente na produção e distribuição de valores concernentes à sociedade de consumo em que, casualmente, não se precisa daquilo que se consome.

O conceito majoritário de consumidor, portanto, é o que diz respeito ao destinatário final, ou seja, o consumidor final, aquele que retira o bem do mercado ao adquirir ou, simplesmente, ao utilizá-lo, pois é quem põe fim na cadeia de produção, oposto daquele que utiliza o bem para continuar a produzir, uma vez que este está transformando o bem para oferecê-lo por sua vez ao cliente, ao seu consumidor. Sendo assim, a preferência é pela teoria finalista. Pode ser pessoa natural ou jurídica, mas que contrata, para sua utilização, a aquisição de mercadoria ou prestação de serviço, sendo sempre o destinatário final.

De acordo com o artigo 17 do CDC, também são consumidores todas as vítimas do evento, ainda que a vítima não tenha comprado o produto ou serviço.

No direito comunitário europeu, conforme ensina Fernando Esteban de la Rosa¹⁹, pode ocorrer uma variação nos conceitos jurídicos de consumidor, de acordo com o instrumento legal designado a estabelecer as regras de um evento específico.

Em razão de tal variação, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, sob a égide da Convenção de Bruxelas, de 1968, pacificou o entendimento, de modo que o conceito de consumidor é:

“(...) o do contratante adquirente de bens e serviços, no sentido amplo destas palavras, de um fornecedor/empresário, com o propósito de satisfazer uma necessidade própria e particular como destinatário final e em termos de consumo privado. Desta definição está excluído qualquer consumo que vise a atender uma necessidade comercial ou profissional, atual ou futura.”²⁰

A definição apresentada acima tem caráter autônomo, haja vista ser uma definição comunitária, já que os Estados-membros, através de legislação, podem determinar de maneira diversa tal definição e bem como mais protetiva, dada a existência do Tratado da União Europeia.

Para o Regulamento 178/02, de 28 de janeiro, consumidor final é “o último consumidor de um gênero alimentício que não o utilize como parte de qualquer operação ou atividade de uma empresa do setor alimentar.”²¹

Para Fernando Esteban de la Rosa, deve o conceito de consumidor europeu ser uma síntese da jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia; da Convenção de Bruxelas, a qual ainda se encontra em vigor no Reino da Dinamarca; do Regulamento 44/01, o qual dispõe em relação à cooperação judiciária na CE substituindo a Convenção de Bruxelas; da Convenção de Roma, de 1980, a qual regula norma aplicável às obrigações de contratos, assinadas pelos membros da CE; ademais das diretivas que se encontram em vigor atualmente²².

Como ensina Mário Frota, “o consumidor é não a preocupação dominante enquanto sujeito de direito, mas objeto do mercado, em paralelo com os fatores de produção”²³. Sendo assim, o consumidor que antes era isolado num mercado local de pequena proporção, hoje se tornou em elemento de mercado de massa.

3.2. Fornecedor ou prestador de serviços

Fornecedor advém da palavra francesa *fournir*, a qual significa fornecer, promover, tendo formado assim a palavra *fournisseur*, ou seja, fornecedor. Na visão de Plácido e Silva²⁴, compreende esta palavra todo comerciante, bem como estabelecimento, o qual abastece ou fornece com habitualidade uma casa ou outro estabelecimento dos gêneros e mercadorias essenciais para seu consumo. Em outras palavras, são aqueles que oferecem bens e serviços no mercado de consumo com a finalidade de atender às suas carências.

Portanto, fornecedor consiste em todo aquele que de certa maneira intervém no produto ou serviço de modo a assumir sua participação e responsabilidade.

*“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.”*²⁵

Há, neste âmbito, três tipos que caracterizam o fornecedor: o fornecedor real, fornecedor aparente e o fornecedor presumido. O fornecedor real é aquele que, sendo tanto pessoa física como jurídica, sob sua responsabilidade participa do processo de fabricação ou produção do produto acabado, de um componente ou matéria-prima. Fornecedor aparente é aquele que, ainda que não tenha participado do processo de fabricação, mostra-se como tal em razão da colocação de seu nome, marca ou qualquer outro sinal de identificação. Fornecedor presumido é aquele que faz a importação do produto ou o vende sem identificação clara do fabricante, produtor, importador ou construtor, de maneira a assumir a responsabilidade.

O fornecedor, por sua vez, observado pelo ponto de vista econômico, é aquele que exerce sua atividade se enquadrando tanto como mentor quanto executor do abastecimento que se destina ao consumidor. O seu profissionalismo, uma de suas características, determina sua atuação, uma vez que é a capacitação para o abastecimento e habitualidade de buscar abastecer e fornecer da maior maneira possível.

É a figura do fornecedor que efetua contratos com outros profissionais de modo a complementar os seus processos de produção aspirando ao provimento de relações de consumo no mercado.

Entretanto, não se caracterizam na esfera de fornecedor os que realizam contrato privado eventualmente, não objetivando a permanência na atividade, em outras palavras, não há profissionalismo ou habitualidade, ademais de não visarem lucro. No entanto, o profissionalismo do qual se fala não se refere especificamente à ideia de profissão na acepção de viver ou obter o sustento exclusivamente da atividade, assim como não se faz necessário a especialização na mesma. Destarte, mesmo quem se aventura a fornecer é considerado fornecedor, uma vez que o intuito de habitualidade se faz presente, ainda que limitado a um determinado período. Um exemplo é quem faz comida para vender, durante curto período de tempo, como uma temporada na praia ou nas férias.

Para se caracterizar como habitual deve-se fornecer tantas vezes quanto puder, de modo que se busca auferir ganho ou lucro, ou seja, a remuneração também se faz essencial para que exista relação de consumo, não importando se por via direta ou indireta. Assim, a habitualidade não compreende a permanência temporal no mercado, porém a vontade de fornecer a cada vez mais.

Destarte, conclui-se que fornecedor é todo aquele que se caracteriza como agente econômico instituído no mercado de fornecimento a fim de abastecer as necessidades do consumidor destinatário final, de modo a não estabelecer impropriedade. Certo é que, em havendo consumidor, haverá no outro polo um fornecedor, pois um não existe sem o outro. Todavia, não se pode ignorar o fato de que pode existir uma cadeia de fornecimento e, sendo assim, há de se responsabilizar cada um de seus partícipes, caracterizando-se assim solidariedade entre eles. É natural que haja um fornecedor aparente no fornecimento de produtos e serviços, fornecedor este que contrata o fornecimento junto ao consumidor e, no entanto, a efetiva prestação, tanto total quanto parcial, é feita por outro.

Pode ocorrer de um deles assumir a tarefa de organizar outros prestadores para prestarem os serviços, de modo a formar a cadeia de fornecimento.

Tem-se para o direito do consumidor brasileiro que todos são tidos como fornecedores, independente de existir ou não algum contrato que os conecte a um consumidor, uma vez que são integrantes da cadeia organizada de fornecimento, devendo responder pela qualidade de seus produtos e/ou serviços.

Portanto, é fornecedor aquele que, dentro de uma relação de consumo, se esmera na atividade de abastecer o mercado, de modo que se torna responsável pelo fornecimento de produtos ou pela prestação de serviços a quem se caracteriza como consumidor, ou seja, o destinatário final. Contudo, se o produto fornecido ou o serviço prestado for realizado por quem não se encaixa nas características acima relacionadas, então tal relação deverá ser tratada dentro do Direito Privado, porém regida pelo Direito Civil ou Comercial e não pelo Direito do Consumidor, uma vez que não se fazem presentes as figuras imprescindíveis do fornecedor e consumidor.

De acordo com o artigo 17 do CDC, também são consumidores todas as vítimas de evento, ainda que a vítima não tenha comprado o produto ou serviço

O conceito de fornecedor para a Comunidade Europeia é pacificado por doutrina e jurisprudência do TJCE, o qual entende que sempre será fornecedor aquele que, como profissional, ou seja, no exercício de sua profissão, vende ou presta serviços no mercado de consumo.

3.3. Produtos

O conceito de produto se encontra definido no artigo 3º, no seu § 1º, do CDC, e, ao contrário do Código Civil de 1916 e de 2002 que falavam de bem ou coisa, o CDC usa o termo ‘produto’ e mais adiante em ‘serviço’.

Trata-se de um conceito ligado à ideia do bem, sendo esta consequência da produção no mercado consumerista de sociedades capitalistas contemporâneas.

Portanto, diz o artigo 3º, § 1º, do CDC, que “produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial”²⁶.

Para o direito comunitário, o conceito tanto de produto quanto de serviço varia de acordo com o mercado adotado, de maneira que ambos se mesclam entre si em certas ocasiões. Destarte, a Diretiva 2005/29/CE, de 11 de maio de 2005, referente às práticas comerciais desleais das empresas, no seu artigo 2º determina: “Para efeitos do disposto na presente diretiva, entende-se por: c) ‘Produto’: qualquer bem ou serviço, incluindo bens imóveis, direitos e obrigações.”²⁷

A Diretiva 99/44/CE, por sua vez, de 25 de maio de 1999, a qual se refere a certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias concernentes a essa, determina que bem de consumo compreende qualquer bem móvel corpóreo com exceção dos bens vendidos através de penhora, ou qualquer outra forma de execução judicial; da água e do gás, quando não forem postos para ser vendidos em volume delimitado, ou em quantidade determinada; e da eletricidade.

No entanto, já a Diretiva 85/374, de 25 de julho de 1985 entende no seu artigo 2º que:

*“Para efeitos do disposto na presente directiva, entende-se por ‘produto’ qualquer bem móvel, excluindo as matérias-primas agrícolas e os produtos da caça, mesmo se estiver incorporado noutro bem móvel ou imóvel. Por ‘matérias-primas agrícolas’ entende-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, excluindo os produtos que tenham sido objecto de uma primeira transformação. A palavra ‘produto’ designa igualmente a electricidade.”*²⁸

E, por fim, para o Regulamento 852/04, de 29 de abril, o qual dispõe sobre a higiene dos gêneros alimentícios, determina em seu artigo 2º, “b”: “Para efeitos do presente regulamento, entende-se por: b) ‘Produtos primários’: produtos da produção primária, incluindo os produtos da agricultura, da pecuária, da caça e da pesca;”

As classificações de produto a seguir são as adotadas pelo Direito do Consumidor Brasileiro.

3.3.1. Produto móvel ou imóvel

O CDC no artigo acima transcrito vem trazer também como produto os bens móveis e imóveis, os quais possuem o conceito tradicional já observado no direito civil, uma vez que o sentido não muda.

Para tanto, pode-se observar os artigos 79, 80, 81, 82, 83 e 84 do Código Civil²⁹:

“Art. 79. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

I – os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

II – o direito à sucessão aberta.

Art. 81. Não perdem o caráter de imóveis:

I – as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;

II – os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I – as energias que tenham valor econômico;

II – os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

III – os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.”

3.3.2. Produto material ou imaterial

Os produtos também podem ser classificados como materiais ou imateriais. O problema seria: o que é um produto imaterial?

Como o CDC tem a pretensão de assegurar qualquer compra e venda realizada dentro de uma relação jurídica de consumo os conceitos mais genéricos possíveis foram considerados. Por isso, produtos imateriais são, por exemplo, os utilizados em atividades bancárias (tais quais: mútuo, aplicação em renda fixa, caução de títulos e outros). Destarte, são produtos os quais sempre estarão acompanhados de serviços.

3.3.3. Produto durável

Já se falava da durabilidade dos produtos no mercado, porém somente com o advento do Código do Consumidor brasileiro que tal divisão foi incorporada no direito.

O conceito de produto durável está no artigo 26, no seu inciso II, ou seja, produto durável é aquele não se extingue pelo uso, é o que leva considerável tempo até se desgastar, bem como pode ser utilizado por várias vezes.

Sabe-se, no entanto, que o produto não se perdurará na eternidade, contudo, também não será descartável ou de poucas utilizações.

3.3.4. Produto “não durável”

Já o produto ‘não durável’, ao contrário do acima citado, é o que se acaba com o uso, ou seja, não há durabilidade. Seu uso faz com que, ou o produto se extinga no ato, ou vá se extinguindo aos poucos. São exemplos do cotidiano os remédios, alimentos, bebidas e cosméticos, entre outros.

Também, dentro desta categoria se encontram os produtos chamados *in natura*, que são aqueles que não passam pelo sistema de industrialização. São exemplos os produtos hortifruti-granjeiros, cereais, grãos, vegetais, legumes, carnes de todos os tipos etc.

Outros produtos alimentícios também sofrem da não durabilidade, como os embalados, engarrafados, enlatados e outros da espécie.

Os produtos não duráveis se encontram dispostos no CDC em seu artigo 26, inciso I.

3.3.5. Produto gratuito ou “amostra grátis”

O artigo 39, parágrafo único, do CDC faz uma observância quanto aos produtos gratuitos, de modo que fica o consumidor isento de pagamento. Serviços também podem ter amostra grátis e não somente produtos.

Portanto, o produto tido como amostra grátis estará sujeito ao cumprimento de todas as exigências legais, quais sejam, qualidade, garantia, durabilidade, proteção contra vícios, defeitos e outros.

3.4. Serviços

O conceito de serviço para o direito do consumidor brasileiro está disposto no artigo 3º, em seu § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sendo assim disposto: “§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.”

Tal enumeração é apenas exemplificativa, uma vez que há o uso do pronome ‘qualquer’, sendo assim, serviço é, para Rizzatto Nunes, “qualquer atividade fornecida ou, melhor dizendo, prestada no mercado de consumo”³⁰.

Além dos serviços explicitados a seguir, há o serviço sem remuneração, os serviços públicos prestados direta ou indiretamente e o essencial contínuo. No entanto, não cabe aqui neste estudo o aprofundamento de tais tipos, uma vez que nos interessa sobre a segurança dos alimentos.

3.4.1. Serviço durável e não durável

Assim como o produto, o serviço também pode ser considerado como durável ou não durável. Os serviços duráveis são divididos em dois tipos: aqueles que têm continuidade no tempo em razão de uma cláusula contratual, como por exemplo, os planos de saúde, prestação de serviços escolares, além de outros. Ou seja, todo e qualquer serviço estabelecido em contrato com o caráter de contínuo, ou aqueles que deixam como resultado um produto, como o conserto de um automóvel ou a reforma de uma casa, apesar de serem típicos de não durabilidade e sem estipulação contratual de continuidade. Destarte, o produto nada mais é que a consequência do serviço, podendo até certas vezes ser confundido com ele.

Já os serviços não duráveis são os que são exercidos uma vez prestados, como por exemplo, o serviço de um restaurante ou de transporte.

Notas

¹ BRASIL. Decreto 22.626, de 7 de abril de 1933. *Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providencias*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D22626.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009

² BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

³ BRASIL. Decreto-Lei 869, de 18 de novembro de 1938. *Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1938/869.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

⁴ BRASIL. Decreto-Lei 9.840, de 11 de setembro de 1946. *Consolida infrações sobre crimes contra a economia popular e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Del9840.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

⁵ BRASIL. Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951. *Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L1521.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

⁶ BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 27 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

⁷ BRASIL. Lei 7.492, de 16 de junho de 1986. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 18 jun. 1986. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L7492.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

⁸ BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 12 set. 1990, retificado, *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 10 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8078.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

⁹ CAVALIEIRI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 2.

¹⁰ FELLOUS, Beyla Esther. *Proteção do consumidor no Mercosul e na União Europeia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 113 (Biblioteca de Direito do Consumidor; v. 24)

¹¹ ORCAIO, Ivan (Org.). *Vade mecum jurídico*. 8. ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2009, p. 660.

¹² MORENO, Cláudio César Machado. *O consumidor equiparado no ordenamento brasileiro e no direito da integração*. Marília: [S.N.], 2003, p. 36.

¹³ BRASIL. Decreto-Lei 6.523, de 31 de julho de 2008. Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 1º ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6523.htm>. Acesso em: 19 abr. 2009

¹⁴ PEREIRA, Fernanda Simões Viotto. *Direito do consumidor*. (anotações de aula)

¹⁵ Ibid.

¹⁶ AUTORITE Européenne de Sécurité des Aliments (EFSA). *Engagés dans la sécurité des aliments*. <http://www.efsa.europa.eu/EFSA/efsa_locale-1178620753816_home.htm>. Acesso em: 31 de maio 2009.

¹⁷ ORCAIO, Ivan (Org.). *Vade mecum jurídico*. 8. ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2009, p. 653.

¹⁸ FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 31-32.

¹⁹ ROSA, Fernando Esteban de la. *La protección de los consumidores en el mercado interior europeo*. Granada: Comares, 2003, p. 46 *et seq.*, *passim*.

²⁰ KLAUSNER, Eduardo Antônio. *Direitos do consumidor no Mercosul e na União Europeia*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 73.

²¹ EUROPA. Regulamento (CE) 178/2002, de 28 de Janeiro de 2002. Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial*, n. L 031 de 1o fev. 2002, p. 0001 – 0024. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

²² KLAUSNER, op. cit., p.44-68, *passim*.

²³ FROTA, Mário. *Política de consumidores na União Europeia: o acervo do direito europeu do consumo*. Coimbra: Almedina, 2003, p. 10.

²⁴ PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973, v. 2, p. 714.

²⁵ ORCAIO, op. cit., 653.

²⁶ ORCAIO, op. cit., p. 653.

²⁷ EUROPA. Diretiva 2005/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005. Relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno e que altera a Diretiva 84/450/CEE do Conselho, as Diretivas 97/7/CE, 98/27/CE e 2002/65/CE e o Regulamento (CE) n. 2006/2004 ('diretiva relativa às práticas comerciais desleais'). *Jornal Oficial [da] União Europeia*, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:149:0022:0039:PT:PDF>>. Acesso em: 22 jun.2009.

²⁸ EUROPA. Directiva 85/374/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1985. Relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros em matéria de responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31985L0374:PT:HTML>>. Acessado em 22 jun. 2009.

²⁹ ORCAIO, op. cit., p. 105-106.

³⁰ NUNES, Luis Antonio Rizzatto. *Curso de direito do consumidor: com exercícios*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 95.

Referências

ALLEMAR, Aguinaldo. *Legislação de consumo no âmbito da ONU e da União Europeia*. Curitiba: Juruá, 2002.

AUTORITE Européenne de Sécurité des Aliments (EFSA). *Engagés dans la sécurité des aliments*. <http://www.efsa.europa.eu/EFSA/efsa_locale-1178620753816_home.htm>. Acesso em: 31 maio 2009.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos. *Código brasileiro do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Decreto-Lei n. 869 de 18 de novembro de 1938. *Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego*. Disponível em:

<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1938/869.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Decreto-Lei n. 6.523, de 31 julho de 2008. Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 1 ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6523.htm>. Acesso em: 19 abr. 2009.

_____. Decreto-Lei 9.840, de 11 de setembro de 1946. *Consolida infrações sobre crimes contra a economia popular e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Del9840.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

_____. Decreto 22.626, de 7 de abril de 1933. *Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D22626.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009

_____. Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951. *Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L1521.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

_____. Lei 7.492, de 16 de junho de 1986. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 18 jun. 1986. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L7492.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2009

_____. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 12 set. 1990, retificado, *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 10 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8078.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 27 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. Lei 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 28 mar. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm>. Acesso em: 5 jun. 2009.

_____. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/L11346.htm>. Acesso em: 15 abr. 2009.

CARVALHO, José Carlos Maldonado. *Direito do consumidor*: fundamentos doutrinários e visão jurisprudencial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CAVALIEIRI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2008.

CÓDIGO do Consumidor: anteprojeto. Lisboa: Instituto do Consumidor, 2006.

EUROPA. Regulamento (CE) 178/2002, de 28 de janeiro de 2002. Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial*, n. L 031 de 1 fev. 2002, p. 0001 – 0024. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

_____. Diretiva 2005/29/CE do parlamento europeu e do conselho, de 11 maio de 2005. Relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno e que altera a Diretiva 84/450/CEE do Conselho, as Diretivas 97/7/CE, 98/27/CE e 2002/65/CE e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 ('diretiva relativa às práticas comerciais desleais'). *Jornal Oficial [da] União Europeia*, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:149:0022:0039:PT:PDF>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. Diretiva 85/374/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1985. Relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros em matéria de responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31985L0374:PT:HTML>>. Acessado em 22 jun. 2009.

FELLOUS, Beyla Esther. *Proteção do consumidor no Mercosul e na União Europeia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 113 (Biblioteca de Direito do Consumidor; v. 24).

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FROTA, Ângela Maria Marini Simão Portugal. *O regime da segurança alimentar na União Europeia*. Curitiba: Juruá, 2007.

FROTA, Mário. *Direito Europeu do Consumo*: reflexo das políticas dos consumidores da União Europeia. Curitiba: Juruá, 2007.

FROTA, Mário. *Política de consumidores na União Europeia*: o acervo do direito europeu do consumo. Coimbra: Almedina, 2003.

GAMA, Hélio Zaghetto. Direitos do Consumidor. *Código de Defesa do Consumidor Referenciado e Legislação Correlata*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

KLAUSNER, Eduardo Antônio. *Direitos do consumidor no Mercosul e na União Europeia*. Curitiba: Juruá, 2008.

LISBOA, Roberto Senise. *Responsabilidade civil nas relações de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LIVRO Branco sobre os serviços de interesse geral. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/competition/state_aid/l23013b_pt.htm>. Acesso em: 15 jun.2009.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MENEZES, Francisco. *Segurança alimentar e Nutricional*: panorama atual da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: < <http://pagesperso-orange.fr/amar-bresil/documents/secual/san.html> >. Acesso em: 22 fev. 2009.

MORENO, Cláudio César Machado. *O consumidor equiparado no ordenamento brasileiro e no direito da integração*. Marília: [S.N], 2003.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. *Curso de direito do consumidor: com exercícios*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ORCAIO, Ivan (Org.). *Vade mecum jurídico*. 8. ed. São Paulo: Editora, 2009.

OTERO, Paulo. *Legalidade e administração pública – O Sentido da vinculação administrativa à juridicidade*. Coimbra: Almedina, 2007.

PEREIRA, Fernanda Simões Viotto. *Direito do consumidor*, 2009 (anotações de aula).

PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1973, v. 2.

REGULAMENTO (CE) n. 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002. Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 1.2.2002, p. L 31/1. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:031:0001:0024:PT:PDF>>. Acesso em: 13 abr. 2009

ROSA, Fernando Esteban de la. *La protección de los consumidores en el mercado interior europeo*. Granada: Comares, 2003.

SAÚDE Pública. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sa%C3%BAdade_p%C3%BAblica>. Acesso em: 2 jun. 2009.

TRATADO DE AMSTERDAM, de 2 outubro de 1997. Altera o Tratado da União Europeia, os tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns atos relativos a esses tratados. *Jornal Oficial nº C 340*, 10.11.1997. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html#0001010001>>. Acesso em: 15 jun. 2009.